

País pagará juros mesmo

Dívida Externa

Brasília, sexta-feira, 23 de novembro de 1990

9

sem acordo fechado

O Governo brasileiro admite pagar, até o fim do ano, parte dos juros em atraso devidos aos bancos credores privados, sem condicionar esse pagamento a uma definição prévia dos termos de um acordo global sobre o estoque da dívida. A única condição é que “existam elementos significativos de progresso na negociação de longo prazo”, segundo afirmou ontem o embaixador extraordinário para assuntos da dívida externa, Jório Dauster.

Dauster retorna terça-feira a Nova Iorque para a quarta rodada de entendimentos com o comitê assessor dos bancos e deverá insistir na proposta de pagamento de cerca de 900 milhões de dólares, o que equivale a 15 por cento das parcelas atrasadas até 31 de dezembro e 25 por cento dos juros que vencerão no primeiro trimestre de 1991. O restante, cerca de oito bilhões de dólares, devem ser transformados em bônus com prazo de 15 anos, mais cinco anos de carência e taxa de juros crescente.

“O Brasil fez uma proposta inicial — explicou Jório Dauster —, os bancos fizeram uma contraproposta e depois nós voltamos à mesa de negociação com idéias novas que conjugam inte-

resses de ambas as partes. Portanto, o campo já está marcado e agora começaremos o jogo”.

Dauster admitiu “que é impossível fazer a negociação global dentro do prazo para esse pagamento” (a parcela de 15 por cento dos juros em atraso), mas negou tratar-se de um recuo da posição defendida inicialmente pelo Governo. “Desde o início nós estamos dizendo que pagaremos dentro de um contexto, em que haja elementos significativos da negociação de longo prazo. Isso é que é fundamental. Que haja elementos pré-estabelecidos em relação ao estoque da dívida. Queremos elementos concretos, mas isso é negociação”, disse.

Quanto à possibilidade de o Brasil vir a pagar mais do que propôs, Dauster primeiro foi lacônico, lembrando a sua função de negociador — “Represento o Governo e não a minha vontade”, disse. Depois, não resistiu a mais uma figura de linguagem e comparou o processo de negociação com a venda de um carro. “Se você fosse vender o seu carro, o que faria? Pediria alto, esperaria a contraproposta e, por fim, chegaria a um valor aceitável”.

O embaixador extraordinário para assuntos da dívida externa

reafirmou que não há impasse nas negociações ou qualquer disposição para o confronto. “Se o Brasil quisesse impor uma solução, nós não precisaríamos ir a Nova Iorque. Por que essa surpresa por estarmos negociando de uma forma séria? Seria melhor uma rendição incondicional? Acho que há, em certos setores, uma impressão de que negociar sério é algo estranho para o Brasil”, desabafou.

O desabafo de Dauster, porém, serve apenas para reafirmar o fato de que somente agora o Governo entrou na fase de negociação propriamente dita e que está disposto a trabalhar com o que já foi apresentado ao comitê assessor dos bancos, pois o distanciamento entre as posições negociadoras é inegável. Os credores não recusam a proposta brasileira de pagar até o fim do ano 15 por cento dos juros em atraso, mas fazem restrição ao prazo de carência de cinco anos para o início do pagamento do restante dessa dívida. Além disso, há divergências quanto ao montante que seria pago da parcela de juros que vence no primeiro trimestre de 1991. O Governo propôs pagar 25 por cento e os bancos querem receber 50 por cento.